



**Gênero, geração e espaço público:
notas sobre circulação e protagonismo de mulheres Bakongo em Luanda**

*Gender, generation and public space:
notes on the circulation and protagonism of Bakongo women in Luanda*

Luena Nascimento Nunes Pereira¹

Resumo: A partir de etnografia em um bairro da periferia de Luanda (Angola), habitado majoritariamente pelo grupo Bakongo, busco discutir como noções de espaço público e espaço privado são produzidas por grupos sociais a partir da circulação em lugares específicos, como mercados locais, igrejas e quintais. Estes espaços são apropriados de formas distintas a partir de recortes de gênero e geração. Minha intenção é suscitar um debate sobre os significados locais atribuídos ao que se considera espaço público e espaço privado, pensando sobre as fronteiras entre eles, considerando a ocupação desigual destes espaços entre homens e mulheres de distintas gerações. A partir da revisão deste material, busco refletir mais especificamente como e em que medida determinadas instituições locais bakongo foram se transformando, considerando sua história, mas observando o processo de inserção e integração no contexto de Luanda nas décadas posteriores à independência angolana.

Palavras-chave: Bakongo; Angola; Espaço público; Marcadores sociais da diferença

Abstract: Based on ethnography in a neighborhood on the outskirts of Luanda (Angola), mostly inhabited by the Bakongo group, I seek to discuss how notions of public space and private space are produced by social groups based on circulation in specific places, such as local markets, churches and backyards. These spaces are included in different ways based on gender and generation cuts. My intention is to raise a debate about the local meanings related to what is considered public space and private space, thinking about the borders between them, considering the unequal occupation of these spaces among men and women of different generations. From the review of this material, I seek to reflect more specifically on how and to what extent local Bakongo institutions were transformed, considering their history, but observing the process of insertion and integration in the context of Luanda in the decades after Angolan independence.

Keywords: Bakongo; Angola; Public space; Social markers of difference.

¹ Professora de Antropologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ.

Introdução

A partir de etnografia em um bairro da periferia de Luanda habitado majoritariamente pelo grupo Bakongo, busco discutir como noções de espaço público e espaço privado são produzidas por grupos sociais a partir da circulação em lugares específicos, como mercados locais, igrejas e quintais². Estes espaços são apropriados de formas distintas a partir de recortes de gênero e geração.

Os Bakongo são o terceiro maior grupo étnico³ de Angola, localizados na parte norte do território angolano, como também na República Democrática do Congo e no Congo Brazzaville. Trato aqui dos Bakongo que vivem na capital de Angola, Luanda, estimados meio milhão de pessoas em uma cidade de quatro milhões de habitantes⁴. Formam um grupo extremamente variado, com diferenças marcantes de classe social e de origem regional. A diversidade interna ao grupo é marcada pela experiência de exílio de parte deste contingente na República Democrática do Congo, antigo Zaire, entre as décadas de 1950 e 1970. Eles retornaram a Angola após a independência, em 1975, instalando-se boa parte em Luanda. É principalmente entre esses ex-exilados, chamados por vezes de “regressados”, que realizei pesquisas entre 1998 e 2006.

A maioria dos ex-exilados Bakongo que voltou para Angola nas décadas posteriores à independência dedicou-se ao comércio varejista, tendo sido responsável pela organização do mercado paralelo da cidade de Luanda, no contexto de um regime de cunho socialista.

Minha intenção é suscitar um debate sobre os significados locais atribuídos ao que se considera espaço público e espaço privado, pensando sobre as fronteiras entre eles, considerando a ocupação desigual destes espaços entre homens e mulheres de distintas gerações.

² Este período de campo forneceu dados para a minha tese de doutoramento, centrada na recomposição social e étnica do grupo Bakongo residente em Luanda, a partir da rearticulação do seu campo religioso em contraposição às esferas do parentesco, considerando também a articulação econômica do grupo Bakongo, em especial dos chamados regressados na construção do mercado informal em Luanda (ver PEREIRA, 2015).

³ A designação “grupo étnico Bakongo” não é unívoca e é usada a partir de alguns critérios que se superpõem. Um critério refere-se aos falantes de língua kikongo (ainda que parte da população residente ou nascida em Luanda não fale a língua materna, como apontaremos). Outro é a autoatribuição de indivíduos e populações oriundas (ou delas descendentes) da região norte de Angola (as províncias do Zaire e Uíge). Estas populações conferem grande importância ao território referido ao antigo reino do Kongo. Apesar da necessária relativização do uso do termo “etnia” ou “grupo étnico” devido à consciência dos processos de invenção e emergência étnica, entendemos que a dimensão histórica e processual dos grupos étnicos são seus elementos constitutivos e não desmobilizam o uso do termo. A designação “grupo Bakongo” é utilizada com a atenção aos processos ambíguos e maleáveis de reconhecimento, de autoatribuição e de atribuição.

⁴ Este dado é de 2002. Após esse ano, houve algumas reformas administrativas em Angola, na qual a província de Luanda foi subdividida em novos municípios. Temos portanto a província de Luanda com cerca de 7 milhões e o município de Luanda, capital da província, que conta com 2 milhões e meio de habitantes. A área metropolitana de Luanda (que abrange os municípios de Luanda, Cazenga e Belas) corresponde a 4,5 milhões de pessoas. Disponível em: https://www.info-angola.com/index.php?option=comcontent&view=article&id=4868:divisao-politico-administrativa-de-angola&catid=64_0&Itemid=1754 e <https://www.uccla.pt/> Acesso em: 6 fev. 2020.

A partir da revisão deste material, busco refletir mais especificamente como e em que medida determinadas instituições locais bakongo foram se transformando, considerando sua história, mas observando o processo de inserção e integração no contexto de Luanda nas décadas posteriores à independência angolana. Sendo assim, considero três espaços, ou tempo-espaços, no sentido dos rituais e práticas reiteradas que os ressignificam: os mercados, os quintais⁵ das casas e as igrejas nos Bairros do Palanca, Cazenga, Mabor, Petrangol e outros da periferia de Luanda com ampla presença de população bakongo.

Não são recentes os questionamentos sobre a aplicação de noções ocidentais em contextos não ocidentais. Dentro da antropologia política, a distinção entre espaço público e espaço privado foi importante para a caracterização do poder político das chamadas “sociedades sem estado” abrindo caminho para a “invenção” da linhagem como explicação da articulação do político em uma esfera supostamente privada. Estas transposições conceituais sofreram muitas críticas pelo etnocentrismo de sua formulação. Mais recentemente, nas análises sobre estados africanos, a ideia de “sociedade civil”, cuja formulação é oriunda de contextos ocidentais, também encontra dificuldades de esclarecer fenômenos produzidos em outros espaços.

A ideia de sociedade civil de modo geral é entendida como formas organizativas que defendem interesses de grupos sociais frente ao Estado, se distinguindo também a sociedade política (partidos). Nesse sentido, a sociedade civil é formada por um conjunto de instituições associativas que não se confundem com o espaço doméstico (privado) nem com o mercado (também privado) e apresenta características como voluntarismo, autonomia, cidadania e horizontalidade⁶.

Já os contextos africanos, são atravessados, por um lado, pelos Estados pós-coloniais em boa parte herdeiros das estruturas coloniais e, por outro, por instituições africanas pré-coloniais também reposicionadas pelo colonialismo, tais como a família “alargada”, as linhagens, laços étnicos e religiosos. Estas são pensadas por vezes como instituições arcaicas, patrimoniais, hierárquicas ou mesmo autoritárias, ou seja, problemáticas para o desenvolvimento da sociedade civil. Nessa perspectiva, a vida associativa em África é percebida como dinâmica mas não se traduz em uma ação de defesa de interesses frente ao Estado.

⁵ Os quintais, como espaços de resolução de conflitos, são também instituições importantes entre outras populações angolanas. Entretanto, retiro minhas observações especificamente do trabalho de campo realizado entre os Bakongo na cidade de Luanda.

⁶ BRATTON, Michael. Civil society and political transition in Africa. *IDR Reports*, v. 11, n. 6. Boston: Institute of Development Research, 1994; MAKUMBE, John M. W. Is there a Civil Society in Africa? *International Affairs*, v. 74, n. 2, 1998.

Assim, seria interessante, ao pensar nestas relações entre espaços públicos, espaços privados e formas associativas, apontar para a relatividade e a ambiguidade destas noções. A partir dos usos e significações locais pode ser interessante pensar em como se produzem e acrescentam-se novos significados nos cruzamentos entre espaços considerados públicos e privados que abrigam diferentes práticas envolvendo instituições como “mercado”, religião, parentesco, e fenômenos como representação e identidade.

O mercado

Muito já se escreveu sobre a importância dos mercados na vida social africana, ressaltando formas diversas de integração local e regional, e como espaço de conexão intra e inter grupos sociais diversos⁷. No caso dos Bakongo, o mercado é uma das instituições historicamente centrais na sua vida social. A vasta área centro-africana, com predomínio da savana, foi palco de intensas trocas comerciais, de média e longa distância, desde antes do século XIV, quando emergiu o reino do Kongo⁸.

Desse modo, o controle das rotas de comércio está na base de boa parte da história política do reino do Kongo e explica não apenas o seu desenvolvimento econômico e a sua centralização política, como também, em certa medida, o seu declínio, em decorrência da disputa pelo controle do comércio escravista com os portugueses e os reinos litorâneos posteriormente emergentes.

Centrais na estruturação da economia kongo, os mercados de então podiam ser considerados “fenômenos sociais totais” pois se constituíram num local de trocas econômicas – produtos e serviços – e também jurídicas, morais, religiosas e políticas. Eram o espaço privilegiado para o trânsito de pessoas e de diversos grupos, fazendo circular as informações, introduzindo novos costumes e possibilitando o controle social exercido pelos diversos poderes⁹.

De forma genérica, entre os Bakongo, os mercados eram considerados sagrados por estarem associados ao exercício do poder e à administração da justiça. Neles, ocorriam as resoluções de conflitos entre famílias e grupos, os julgamentos e a execução das penas atribuídas aos criminosos,

⁷ VERGER, Pierre; BASTIDE, Roger. Contribuição ao estudo dos mercados nagôs do Baixo Benin. In: VERGER, Pierre. *Artigos, Tomo 1*. Salvador: Corrupio, 1992. pp. 122-159; BOHANNAN, Paul; DALTON, George (Eds.). *Markets in Africa*. Evanston, Illinois: Northwestern University Press, 1962.

⁸ Os Bakongo têm como língua materna o kikongo. Sobre os termos utilizados, chamo de Bakongo o grupo étnico. O prefixo *Ba* indica o plural. Sendo assim, *Bakongo* significa “povo kongo” ou “pessoas de origem kongo”. Sociedade(s) kongo alude(m) às sociedades históricas formadoras ou satélites do antigo reino do Kongo, tal como referido na historiografia e na etnografia. Grafo Kongo com “k” para distinguir essas sociedades históricas, bem como o antigo reino, dos atuais países República do Congo e República Democrática do Congo, e da região do Baixo Congo, ao sudoeste da República Democrática do Congo, cuja população também é predominantemente bakongo. Grafar Kongo se distingue também da designação colonial. Por fim, “bakongo” ou “kongo” apontam ainda para a função adjetiva.

⁹ Cabe ressaltar a concepção, a partir de Polanyi, sobre a excepcionalidade do mercado como uma esfera autônoma da vida social que se localiza na emergência dos estados nacionais europeus e do capitalismo. Esta perspectiva chama atenção para a vida econômica como integrada a outras atividades e para o mercado como uma instituição não separada da vida social.

bem como se resolviam quer as negociações comerciais, quer os acordos entre as famílias para os casamentos de seus filhos¹⁰.

A partir da colonização, a estreita associação entre os mercados e a justiça como lugar privilegiado para o exercício da vida pública entrou em declínio. Os crimes e os conflitos de maior monta foram remetidos para a esfera do Estado, e os conflitos e os arranjos que envolvem as famílias kongo foram deslocados para os debates que se dão entre elas nos quintais das casas, dos quais falaremos à frente. Atualmente, entretanto, os mercados locais permanecem sendo importantes espaços de troca social, sobretudo feminino, porém esvaziada da sua dimensão “política”. Ou seja, da dimensão político-jurídica controlada pelas chefias e autoridades locais. Ainda assim, as trocas sociais observadas nesses mercados locais mantêm e atualizam os laços comunitários, nos quais se combinam tanto laços étnicos como de vizinhança.

Outros espaços, como as comunidades formadas em torno das igrejas, dividem com os mercados as funções próprias à circulação das pessoas e à troca de informações em âmbito local. Manteve-se, todavia, a noção de debate público e resolução de conflitos como, essencialmente, a busca pelo consenso e a afirmação de direitos. A obtenção de consensos e o grande desenvolvimento da prática jurídica estão relacionados ao fato de os Bakongo serem uma sociedade de tradição comercial, na qual a resolução pacífica dos conflitos é muito valorizada. Voltaremos a este ponto mais à frente.

Mercados em Luanda e a presença Bakongo

Foram os regressados do Congo/Zaire, sobretudo aqueles originários da província do Uíge, na área de Maquela do Zombo, os responsáveis pela articulação do comércio informal em ampla escala nos anos 1980 em Luanda. Naquela altura, mercado informal era considerado uma atividade ilegal, já se se implantava um sistema econômico de tipo socialista nos primeiros anos do regime do MPLA. A experiência dos anos de exílio em Kinshasa, capital do Congo, e a existência de uma tradicional “cultura comerciante” entre os Bakongo (principalmente entre os Bazombo) explicam o dinamismo que levou à articulação de redes de comércio espalhadas por diversos países. O empreendedorismo e a vocação para o comércio são qualidades valorizadas e estimuladas por esse grupo, que não apenas permitiram a ascensão social de parte significativa dos imigrantes retornados, como também têm garantido a tenaz sobrevivência das famílias não tão bem-sucedidas. Durante estes anos após a independência, o mercado informal (que incluía a introdução do transporte informal) de Luanda era atividade aos *regressados*. Sobre eles recaiu um forte estigma de

¹⁰ BALANDIER, Georges. *Sociologie actuelle de l'Afrique Noire*. Paris: Presses Universitaires de France, 1963 [1955].

*candongueiros*¹¹, associados à desordem, ao descontrole e à especulação que teria transtornado as formas mais organizadas da vida social luandense¹².

Após os anos 1990, com a transição da economia angolana para o “livre mercado” o comércio informal se generalizou por toda a cidade de Luanda e ganhou uma estruturação mais complexa controlada por grandes empresários e agentes econômicos poderosos, com braços dentro do aparelho de Estado. Já havia deixado de ser uma atividade associada apenas aos *regressados*. Ainda assim, podemos olhar para a vida nos pequenos e médios mercados de Luanda e observar formas reiteradas de organização comunitária e a reconfiguração de práticas e interações sociais.

Os mercados, chamados *praças*, que visitei em Luanda têm sido sobretudo um espaço de mulheres, tanto as que vendem como as que compram. Os rapazes se restringem à venda de equipamentos eletrônicos, produtos de música e vídeo, à guarda e conserto de carros e mais recentemente à troca de dinheiro (que antes era uma atividade quase que exclusivamente feminina)¹³. As crianças e adolescentes de ambos os sexos ajudam as mães. A presença de homens é minoritária na clientela, mas presente entre os indesejáveis agentes da administração, que cobram pela licença das vendedoras, além de policiais.

Há em Luanda *praças* de vários tipos e tamanhos. Hoje desaparecido, o Mercado Roque Santeiro, ou apenas Roque, contíguo ao porto de Luanda, foi o mais emblemático. Situava-se num local estratégico, próximo ao porto, por onde se alimentava do contrabando e de mercadorias desviadas do porto e de seus armazéns. Aqui, é importante lembrar que Angola, cuja economia já foi movida quase que exclusivamente pela produção de petróleo (da qual continua a ser muito dependente), importava a maior parte de seus bens de consumo, inclusive alimentos. Além do Roque Santeiro, outros entrepostos comerciais e grandes armazéns eram responsáveis pelo abastecimento dos mercados menores de Luanda. Nesses mercados maiores, a presença masculina é mais expressiva, ainda que minoritária¹⁴. Nesses grandes mercados, os homens são responsáveis

¹¹ *Candong*, palavra kimbundu que significa permuta, contrabando. Indica em Angola o transporte coletivo informal realizado nos *hiaces*, ou *vans*.

¹² Sobre o estigma de estrangeiros – zairenses –, atribuída aos regressados e os outros fatores além da construção do mercado informal, ver PEREIRA, Luena. *Os Bakongo de Angola: etnicidade, política e parentesco num bairro de Luanda*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2015.

¹³ As *kinguilas*, que fazem a troca de kwanzas, a moeda nacional por dólar e vice-versa, são onipresentes nas ruas do centro, entradas de lojas e dentro das praças. Agentes principais do câmbio paralelo, resultado da centralização da troca de divisas pelo Estado e a disseminada dolarização da economia angolana. O crescente risco que passou a envolver a atividade de câmbio paralelo, bem como a monta de dinheiro envolvido podem explicar a entrada de homens na troca de kwanzas. Ver LOPES, Carlos M. *Candongueiros, kinguilas, roboteiros e zungueiros. Lusotopie*, v. XIII, n. 1, pp. 163-183, 2006.

¹⁴ A partir de 2002, com o final da guerra, assistiu-se a um importante crescimento da economia angolana. A venda a varejo alterou-se substancialmente com a emergência de redes de supermercado e comércio formal. Entretanto, o mercado informal continuou sendo um setor muito importante, especialmente como forma de sobrevivência da

pela venda de produtos como peças de automóveis, móveis e eletrodomésticos.

Já no interior dos bairros, encontramos os mercados ou praças locais, como o mercado do Imbondeiro, onde fiz pesquisa, que atendem basicamente à população residente. Um mercado desse porte pode subdividir-se em várias seções (carnes, hortifruti, não perecíveis, produtos de higiene e limpeza doméstica, roupas, farmacêuticos, bebidas, equipamentos e produtos eletrônicos, e material de som e vídeo), ao passo que as pequenas praças, ainda menores do que os mercados de bairro, atendem aos habitantes das ruas próximas, com produtos alimentícios e de higiene e limpeza doméstica básica.

Recorre-se aos mercados maiores para a compra dos produtos vendidos nos mercados menores. Sendo muito baixa a capacidade de investimento, as vendedoras dificilmente obtêm descontos maiores em suas compras. Crédito e prazo para pagamento praticamente inexistem, e elas não conseguem formar um estoque que garanta o aumento de sua produtividade. Consequentemente, seus lucros são reduzidos. Em geral, quanto menor é o mercado, menor o lucro das comerciantes, a despeito de elas estarem mais próximas de suas residências e terem maior facilidade para dividir os afazeres domésticos com a atividade comercial.

Há algumas associações informais de comerciantes que se cotizam para que, a cada vez, uma das participantes do grupo consiga reunir capital para estabelecer um pequeno negócio. Esse sistema de crédito é conhecido como *kixikila*¹⁵. Apesar de o pequeno lucro obtido com a venda cotidiana de produtos a retalho nas praças garantir a subsistência, o baixo investimento e a restrita organização das mulheres são a tônica desse tipo de atividade comercial.

Para montar um negócio, muitas mulheres começam com pequenas vendas dentro ou na porta de casa. Vendem *fuba* (farinha de mandioca fermentada, ingrediente principal do *funje*, base da alimentação do centro e norte de Angola), óleo de palma e alguns produtos de consumo imediato, entre os quais o *micate* (bolinho frito), biscoitos, frutas, grelhados e *kikwanga* (bolo de *fuba* cozida no vapor). O pequeno negócio na porta de casa facilita a manutenção da atividade doméstica e o cuidado com os filhos.

Parentes, amigas ou companheiras do grupo da igreja podem ajudar a formar um pequeno capital destinado à compra de algum produto a ser revendido nas praças ou mercados. Há muitas mulheres que negociam permanentemente nos mercados, porém várias outras vendem no intuito de conseguir algum dinheiro em momentos de “aperto” familiar, de ajudar outras mulheres ou mesmo população de Luanda e com forte presença nos bairros pobres, que compõem a maior parte da cidade.

¹⁵ DUCADOS, Henda Lucia; FERREIRA, Manuel Ennes. *O financiamento informal e as estratégias de sobrevivência econômica das mulheres em Angola: a Kixikila no município do Sambizanga* (Luanda). Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão – CEsa, 1999. (Documentos de Trabalho nº 53-1998).

de substituir parentes próximas, irmãs, sobrinhas e filhas em casos de viagem ou doença.

Por vezes, a *mamã* na casa onde ficava, no bairro do Palanca fazia sorvetes da polpa da múcua, a fruta do imbondeiro, em saquinhos compridos (como o sacolé brasileiro), para vendê-los na porta de casa, pois era preciso conservá-los no congelador, o que inviabilizava a sua comercialização nos mercados. Seus filhos e as crianças vizinhas espalhavam a disponibilidade do sorvete, vendido a dois kwanzas, cerca de oito centavos de dólar. Algumas vezes, porém, o fornecimento da energia interrompia-se e sem congelador, perdia-se todo o sorvete preparado.

Línguas, mobilidade gênero e geração

Nas praças dos bairros de predominância Bakongo em Luanda, é possível perceber a dinâmica das línguas faladas. Sem dúvida, ali, a língua preferida das praças e do bairro do Palanca é o lingala¹⁶, compreendida por quase todos, independente de idade e sexo. As mulheres mais velhas gostam de se comunicar também em kikongo, enquanto os mais jovens costumam ser mais fluentes em português. Não poucas vezes, vi mães falarem com seus filhos em lingala e estes responderem a elas em português, entendendo-se perfeitamente.

A competência nas diversas línguas desenha diferenças no seio do grupo bakongo no que toca à mobilidade, à autoridade e às relações de poder internas a ele, bem como às possibilidades abertas para determinados grupos, mas não para outros, quanto à ascensão social.

Por exemplo, o domínio da língua portuguesa permite o acesso a um mercado de trabalho mais amplo e ao trânsito na cidade de Luanda e seu entorno, na qual ela é de uso quase exclusivo. A fluência em português, sem o sotaque que legou aos chamados *regressados* um forte estigma nos primeiros anos após o retorno do Congo/Zaire, é um trunfo entre os jovens bakongo, que atualmente lidam com duas heranças: o pertencimento ao grupo bakongo, em geral filhos de pais *regressados*, e o nascimento e/ou longa vivência em Luanda.

Embora a dupla aquisição obtida por esses jovens garanta uma maior mobilidade na sociedade luandense, sem a perda dos vínculos comunitários em seu grupo de origem, ela previsivelmente incrementa os habituais conflitos entre gerações, haja vista o suposto afastamento que eles experimentam em relação ao interesse pela tradição e pela reprodução das antigas hierarquias.

¹⁶ O lingala é uma das línguas francas da RDC, predominante na região oeste, especialmente a capital, Kinshasa, disseminada pelo comércio, pelo Exército e pela música congoleza. Foi levada para Angola pelos regressados e expande-se para os Bakongo em geral. É a língua mais ouvida nos bairros de predominância bakongo.

A vontade de integrar-se à sociedade luandense, visando a uma indiferenciação do ponto de vista étnico e à recepção da influência da cultura luandense – a música, as roupas, um modo de vida mais informal, a sedução por elementos das culturas chamadas ocidentais –, é um importante fator de atração. Ela impele a uma composição cultural tecida pelos jovens dispostos a construir um modo de vida que abrigue todos esses elementos.

Tal busca, todavia, recebe duras críticas dos *mais velhos*, não apenas recaindo em moralismos quanto ao afrouxamento de costumes, como escolhas de roupas e comportamentos mais informais, tidos como estranhos à *cultura bakongo*, considerada “conservadora” e tradicional. Essas críticas também permitem perceber a incapacidade que estes “mais velhos” experimentam no controle da atuação e da mobilidade dos jovens.

Os jovens bakongo que entrevistei me falaram das dificuldades enfrentadas por serem considerados *regressados* pelos *luandenses* e, ao mesmo tempo, serem vistos como excessivamente assimilados ao modo de vida de Luanda pelos oriundos do Congo e do norte de Angola. A mobilidade e o trânsito entre culturas e meios sociais diferentes implicariam, assim, a perda de legitimidade experimentada por um segmento da população que busca a sua afirmação e uma identidade própria entre dois universos sociais e culturais vividos como distintos.

A mobilidade exibida pelos rapazes, proporcionada em parte pelo melhor domínio da língua portuguesa e por um aprendizado cultural múltiplo, contrasta com a menor mobilidade das mulheres, sobretudo as mais idosas, menos fluentes em português. Embora bastante dinâmicas no que toca à iniciativa econômica, haja vista o desenvolvimento do pequeno comércio e a sua presença no comércio informal, as mulheres ocupam espaços mais restritos que os homens, no sentido de uma presença menor no mercado de trabalho formal e de transitarem bem menos entre os diversos meios sociais de Luanda.

Embora as mulheres mais velhas tenham papel mais atuante nas reuniões familiares em relação às mães jovens, elas são subordinadas à atuação masculina, mesmo no espaço familiar. Os apelos da cultura luandense e o desejo de transitar e usufruir entre diversos meios culturais e sociais são comuns tanto às jovens solteiras como aos rapazes. No entanto, as jovens são bem mais controladas e francamente desfavorecidas no que toca ao suporte para continuarem os estudos. Mais facilmente que os rapazes, elas são estimuladas a deixarem de estudar para ajudar as mães no mercado ou no cuidado dos irmãos mais novos¹⁷.

¹⁷ De acordo com o Instituto Nacional de Estatística – INE, 22% das mulheres e 8% dos homens de 15-49 anos nunca frequentaram a escola; 35% das mulheres e 30% dos homens frequentaram o ensino primário; 38% das mulheres e 55% dos homens frequentaram o ensino secundário (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – INE. *Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde – IIMS 2015-2016*. Luanda: INE, 2017).

Nesse sentido é importante apontar brevemente para o espaço escolar como importante espaço de produção de relações interétnicas e de socialização do grupo Bakongo no contexto transétnico mais amplo. Em todas as escolas públicas, o ensino é feito em língua portuguesa. Nesses termos, o ambiente escolar promove um nivelamento linguístico entre os jovens e as crianças que não encontra paralelo em outros espaços, como as igrejas. As escolas são o principal disseminador do português entre as crianças, a despeito da iniciativa dos pais de reforçar ou limitar esse processo por meio da língua falada em casa ou de promover o uso da língua materna, seja na igreja, seja no convívio familiar¹⁸. Sendo assim, a diferença de frequência à escola entre rapazes e moças pode ser um fator importante na competência na língua portuguesa, resultando em um maior sucesso destes na circulação dos diferentes espaços da cidade e de mobilidade social.

No caso dos Bakongo, o uso do lingala como língua de grupo no contexto da inserção em Luanda, e o aprendizado do português pela camada mais jovem produziu uma relativa diminuição do uso kikongo, língua materna dos Bakongo. As elites bakongo, cientes desta secundarização, vêm empreendendo ações para sua valorização. Percebe-se o uso ativo do kikongo em algumas igrejas importantes, como a Batista, e nas reuniões familiares, contextos fundamentais para o exercício da língua materna e o conhecimento por ela veiculado.

Quintais

Outro espaço importante de exercício de sociabilidade e percepção de disputas locais são os quintais das casas onde ocorrem as reuniões familiares, as chamadas “sentadas”, que configuram um espaço de debate e mediação de conflitos e decisões de grande protagonismo masculino e de mulheres mais velhas. A observação da resolução de conflitos, os *mambus*, são realizadas nestes espaços, onde presenciei principalmente os casamentos e os *óbitos*, mas também casos de suspeita e acusação de feitiçaria.

O *kamalongo*, a cerimônia do casamento tradicional, é um dos exemplos mais interessantes no qual se observam práticas cujos significados costumam ser atribuídos a espaços públicos. É bastante ritualizado e corresponde ao primeiro encontro formal entre as duas famílias, em que os noivos são apresentados às duas famílias e se entregam os presentes devidos. É precedida de outros

¹⁸ Segundo o Censo de Angola de 2014, 71% dos angolanos falam português, que o torna a língua mais falada. Segue-se o umbundo, a língua materna dos Ovimbundu, o grupo angolano majoritário, 22%, depois o kikongo, 8,2 e o kimbundo, língua dos Ambundo, com 7,8. O Censo considera a principal língua falada nas residências, não levando em conta o multilinguismo neste levantamento. A predominância da língua ocidental sobre as línguas locais (85% na área urbana e 49% na área rural) é fenômeno incomum no continente africano.

encontros entre emissários da família do noivo com representantes dos lados materno e paterno da família da noiva, e de reuniões entre as famílias para os ajustes necessários à organização do evento.

Embora os acordos já estejam mais ou menos predefinidos nas reuniões anteriores que antecedem a este encontro mais público, é no *kamalongo* que as famílias negociam ritualmente os bens a serem entregues, isto é, verificam se tudo está em conformidade com o que foi previamente acertado e discutem determinados aspectos do acordo, em especial quando a família do noivo não consegue reunir todos os bens devidos, o que é bastante comum. Nessa ocasião, pode-se romper o acordo prévio em razão de seu não cumprimento por uma das partes, embora isso raramente aconteça.

Trata-se, portanto, de uma das cerimônias mais importantes do grupo bakongo, uma vez que nela estão em jogo a formação de uma nova família e também o estabelecimento de uma aliança pública entre as famílias envolvidas. Esta aliança é selada pela troca de bens dados pela família do noivo à família da noiva. Os bens passados para a família da noiva indicam ainda que o noivo adquirirá alguns direitos importantes sobre seus futuros filhos, mesmo que estes continuem a “pertencer” à família materna.

Já o óbito, entendido aqui como os eventos que cercam o falecimento de um membro do grupo se constitui num outro rito de passagem fundamental, uma vez que nelas se faz a transição entre o mundo dos vivos e o dos mortos, ou melhor, entre os mundos visível e invisível. O rito de passagem reatualiza e legitima o princípio de senioridade, fundante da cosmologia kongo e consagrado pelo culto aos ancestrais.

Trata-se de um acontecimento especialmente dramático e inesperado, em contraposição ao planejamento e ao regozijo que caracterizam as cerimônias de casamento. Em geral, surgem diversos conflitos e problemas decorrentes de crises familiares, dívidas, das circunstâncias que cercam o falecimento, muitas vezes atribuídos a feitiçaria, que exigem do grupo o emprego de todo o seu repertório tradicional e da experiência dos *mais velhos* na condução do ritual.

Presenciam-se momentos em que se pode apreender como o grupo consegue perceber e incorporar ou rejeitar alterações e inovações inerentes à dinâmica histórica em que está inserido. Nestas reuniões vemos situações em que alguns jovens são chamados a assumir responsabilidades quanto à chefia familiar, ou seja, quando ocupam certa posição na hierarquia familiar, em que falta algum *mais velho*. Ali estes jovens passam a interessar-se por um aprendizado mais sistemático do kikongo e dos conhecimentos veiculados por essa língua, participando de algumas reuniões junto com tios e pais, e assumindo, aos poucos, determinadas tarefas e papéis rituais.

Assim, no médio prazo, as escolhas culturais feitas pelos jovens em determinado contexto podem encontrar, posteriormente, um espaço de legitimação, de acordo com os papéis que assumem no âmbito familiar ou grupal, e do *status* que conseguirem conquistar. A narrativa habitualmente veiculada pelos mais velhos, quanto ao desinteresse dos jovens quanto à tradição e ao uso do kikongo podem ser contrariadas nestas ocasiões.

Nestas reuniões encontramos, com facilidade, o lugar da autoridade tradicional, centrada na figura do *nkazi*, tio materno, chefe da linhagem (*kanda*). O *nkazi* é o dono do ritual e é ele que toma a palavra. É através destes chefes que as conversações entre famílias são feitas.

A forma destas reuniões é de uma conversa entre linhagens. Seja no casamento tradicional (*Kamalongo*) ou no *óbito*, assistimos uma família (família nesse contexto é uma linhagem matrilinear) que interpela as outras famílias. No caso do *óbito* de um homem, por exemplo, é a família do falecido que interpela a família da esposa sobre o destino dela e dos seus filhos. Ou outras famílias cujos membros podiam ter problemas não resolvidos com o falecido. No caso do *Kamalongo*, as famílias da noiva (linhagens materna e paterna) são recebidas pelas famílias do noivo. Assim, a palavra é pedida, dada e recebida através dos chefes (*nkazi*). Por vezes, um assunto mais complicado pode produzir discussões internas entre as famílias, que se dividem entre as linhas maternas (*kanda*), paternas (*kise*) e mesmo as dos avós (*kinkaka*), para chegar a uma resposta comum.

As reuniões são, portanto, o diálogo ritualizado entre as famílias implicadas, que seguem da seguinte forma: a cada questão colocada por uma família, a outra, a família interpelada, se retira do recinto, para fora do quintal, de modo a discutir privadamente o que fazer e como responder. Mas são apenas alguns de cada família que saem para discutir e, entre as mulheres, apenas as mais velhas. Estas mulheres mais velhas se manifestam nestas rodas mais fechadas. Jamais presenciei uma mulher se manifestar na reunião mais ampla, frente a outra linhagem.

As *sentadas* são bastante formalizadas e, apesar de variabilidade de situações que podem ser resolvidas nelas, elas seguem padrões relativamente previsíveis, cujas regras são reconhecíveis por todos. As formas de interpelação entre chefes de família, os agradecimentos e pedidos pela palavra cerimoniosamente solicitados e permitidos, nos permite perceber que o sujeito nunca pode falar por si só, mas sim é falado pela linhagem, através do chefe de família.

Em sua análise dos Bakongo de Mbanza Manteke, na província do Bas Congo, ao sul da República Democrática do Congo, Wyatt MacGaffey insiste na importância das “boas maneiras”, ou seja, nas regras e procedimentos de polidez. Em suas palavras, “a insistência na extrema

formalidade ajuda a reduzir a tensão”¹⁹. Tensão aqui implica não apenas a situação concreta da cerimônia e da negociação dos interesses imediatos, como também a tensão social existente entre os Bakongo em decorrência de sua própria estrutura hierárquica, sujeita a constantes instabilidades e fissuras²⁰. A ritualização, nesses termos, permite que a previsibilidade das ações arrefeça os momentos embaraçosos, obrigando as partes a um desfecho consensual, quase sempre alcançado em suas reuniões.

A necessidade fundamental de resolver consensualmente os conflitos remete, como já referido, ao fato de que uma sociedade dedicada às atividades comerciais, ou melhor, uma sociedade em que o comércio é tido como uma atividade culturalmente valorizada, deve, a todo o custo, evitar o conflito aberto. A importância de uma resolução previsível e ritualizada, no entanto, não elide os conflitos, apenas os desloca para outras esferas, preservando o espaço fundamental de afirmação da estrutura familiar e de suas hierarquias básicas. Deixar a tensão em suspenso quer dizer também mantê-la sempre presente, afinal a observância das regras e o controle de cada família envolvida no cumprimento dos procedimentos pela outra família com quem se entende são sinais de que o acordo entre elas está sempre prestes a ser rompido e de que a desigualdade pode se instaurar. Cabe à boa condução do ritual restaurar e manter o equilíbrio entre as famílias envolvidas para que a negociação entre elas encontre bom termo.

A garantia de equilíbrio é simbolicamente afirmada pelo *nkofi*, as palmas rituais, entre cada uma das falas ocorridas durante as reuniões. O *nkofi*, mais do que um pedido de licença para discursar ou encerrar o dito, indica um acordo básico, isto é, o consenso coletivo que permite o desenrolar da própria reunião e reconhece a equanimidade entre as famílias. A distribuição de noz-de-cola reforça a confiança e impede a reversão do acordado, independentemente do que venha a ocorrer depois.

O advogado, ou *mpovi*, é outra peça-chave nestas cerimônias e reuniões familiares. Nesse processo formalizado, ninguém fala por si, salvo o chefe de família ou *nkazi*, que fala por todos e é o dono da reunião. Muitas vezes, o *nkazi* pode não ser um grande conhecedor da tradição e, sobretudo, não ter o dom da fala, fazendo com que o *mpovi* fale por ele, bem como por sua família e os seus interesses. Todo o debate que se estabelece entre as partes conflitantes ou as famílias é um duelo, no qual as armas são a *tradição* bakongo, expressa pelos provérbios e fórmulas que compõem o seu *corpus*. Argumenta-se por meio de tais provérbios e fórmulas, que condensam todo

¹⁹ MACGAFFEY, Wyatt. *Custom and government in the Lower Congo*. Berkeley; Londres: University of California Press, 1970. p. 103.

²⁰ Não vamos entrar aqui no debate sobre o sistema de parentesco Bakongo e suas transformações no período colonial (Balandier, 1963) e pós-colonial (McGaffey, 1970). Esta discussão no caso dos bakongo em Angola está em PEREIRA, *op. cit.*

o conhecimento, a moral e os ensinamentos, bem como conformam a “jurisprudência” que indica como problemas de mesmo tipo foram resolvidos em situações semelhantes, inscritas na tradição familiar e na memória do grupo. É esse *corpus*, formado pelo conhecimento sobre formas de resolução de conflitos, a narração da genealogia (*mvila*) e a moral, atualizada e reiterada nas reuniões familiares, que compõe o que os Bakongo chamam de *tradição* propriamente dita, que são reiteradas e atualizadas nas performances públicas destas *sentadas*.

Processos conhecidos, casos famosos e oradores afamados se inscrevem na lembrança dos *mais velhos* e são recontados e recordados, de forma a convencer a audiência e as partes interessadas sobre o melhor caminho para a resolução de uma determinada questão. Os ditos e provérbios, portanto, estruturam a argumentação e não têm apenas a função de reiterar ou justificar determinado tipo de argumentação.

Nesses termos, a oratória é central nas reuniões bakongo e o sucesso de cada uma delas depende diretamente do brilhantismo, da capacidade de convencimento e da maneira como o orador consegue articular, em sua argumentação, provérbios, que podem incluir passagens bíblicas, imagens, anedotas, fórmulas e pequenas histórias, destinadas a envolver a audiência, à medida que fala aos seus corações e mentes. Nas muitas cerimônias a que assisti, escapou-me muitas vezes o que estava sendo dito, pois era difícil para os meus interlocutores traduzirem não apenas o que era falado, mas também o sentido das analogias e das imagens aludidas. Mesmo assim, era facilmente perceptível quando um orador mais carismático ou que conhecia profundamente a tradição conseguia absorver a atenção da audiência e fazer com que seus argumentos se mostrassem irrefutáveis. Nos momentos em que o orador percebia que ganharia o debate, ele chegava a dançar enquanto falava, ao passo que a presença de pessoas mais velhas na audiência garantia a qualidade de seus argumentos e de sua oratória, prestigiando e reforçando sua fama e competência.

Regras formais publicamente pactuadas e autoridades reconhecidas coletivamente conferem às reuniões familiares de quintais legitimidade para soluções de conflitos comuns, tal como observei em Luanda. À luz dessas discussões, é possível repensar certas definições normalmente construídas aprioristicamente, entre as quais as de tradição e modernidade, bem como as de esferas pública e privada.

Sugere-se também que os laços de parentesco, apesar de relativamente enfraquecidos no contexto urbano, somam-se e superpõem-se a outras formas de organização social. Essa nova configuração, por sua vez, faz com que eles se recriem, mantendo-se a sua pertinência como instância fundamental nas redes sociais dos Bakongo em Angola.

Nesse sentido, o lugar alocado para a família – como a organizadora da esfera privada, em contraposição ao Estado e suas instituições, dominantes da esfera pública, uma das distinções básicas da modernidade – é relativizado, ao menos na observação das práticas sociais dos grupos Bakongo que presenciei em Luanda.

Igrejas

Outro espaço importante para observar distintas formas de ocupação por gênero e geração são as igrejas. Ainda que haja um grande peso das famílias na composição das comunidades religiosas, as organizações internas das igrejas²¹ são um modo importante de articulação feminina, de exercício de autonomia e de troca de experiências relativamente distantes do controle masculino ou familiar. São um ponto de partida importante para as associações organizações comunitárias de participação feminina.

As diferentes formas de presença de jovens e mulheres nas igrejas apresenta o duplo aspecto da manutenção do controle social sobre eles, exercida por homens ou pelos mais velhos, mas também da formação de um espaço de sociabilidade paralelo à estrutura familiar. O crescente número de jovens e mulheres nas igrejas pentecostais indica o afastamento deles das igrejas mais antigas e de adesão tradicional, portanto familiar, dos Bakongo, como a Batista, a Católica, a Kimbanguista e a Tocoísta, algo que tanto revela os mecanismos de escape do controle doméstico quanto sugere novas formas de relação familiar, centrados, por exemplo, na formação de famílias mais nuclearizadas, tendendo a um certo esvaziamento do tipo familiar extenso, bastante perceptíveis no espaço urbano.

Até o censo de 2014, considerava-se que a religião católica era a majoritária entre os angolanos. Até então era também majoritária entre os Bakongo, mas com uma pequena margem. O último censo (aliás, o único censo de Angola independente) apresenta um achatamento da predominância católica (41% e 38% de protestantes). Considerando a historicamente mais alta adesão de protestantes entre os Bakongo, relativamente ao todo nacional supomos que tenham ultrapassado os católicos^{22, 23}. A Igreja Batista é, entre as protestantes, a de maior tradição entre os Bakongo, visto que foi a missão mais antiga implantada no norte de Angola, desde o século XIX. As

²¹ As igrejas em Angola, algo que parece ser comum entre igrejas na África em geral, têm no seu interior organizações de homens, mulheres e jovens (não casados). Estas realizam encontros semanais, nos quais fazem cultos, organizam palestras e debates, realizam ensaios de corais que irão se apresentar nos cultos aos domingos e mantêm fundos financeiros de ajuda mútua.

²² INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – INE. *Resultados definitivos: Recenseamento Geral da População e Habitação de Angola – 2014*. Luanda: INE, 2016.

igrejas africanas, que deixaram marcas profundas na região central da África, têm uma altíssima adesão entre os Bakongo, posto que grande parte delas nasceu em seu seio, sobretudo do lado da República Democrática do Congo. A Igreja Kimbanguista é a mais importante destas igrejas, secundada pela Igreja Tocoísta. Outra igreja importante e de tradição neste meio é a Exército da Salvação. A partir deste quadro inicial, soma-se a expansão das igrejas pentecostais a partir dos anos 1990, de diferentes origens e variadas dimensões, sendo marcante as igrejas pentecostais vindas do Congo²⁴.

A partir deste cenário, deve-se considerar que cada igreja, no âmbito da comunidade bakongo, dialoga com as estruturas de poder tradicional de formas diferenciadas. Verifica-se, assim, uma relação complexa e diversificada entre as comunidades religiosas, familiares, laços de vizinhança e outras alianças. O trânsito religioso produz também impactos diferentes dentro das famílias, sobretudo dentre aquelas que têm uma adesão antiga às igrejas Católica e Batista, as quais vêm perdendo seus adeptos para as igrejas mais recentes.

Percebe-se que há igrejas que têm uma posição de afastamento da autoridade familiar e igrejas que têm uma postura de reconhecimento e reforço desta. Por exemplo, as igrejas batistas em geral são mais respeitosas e reverentes às autoridades familiares e aos costumes tradicionais. A Igreja Católica vem adotando uma postura de certo distanciamento pois, por sua dimensão nacional e características históricas, que remontam à hegemonia do período colonial e das transformações a que foi impelida após a independência, parece pairar acima de quaisquer outras autoridades. As igrejas pentecostais produzem um discurso não apenas de distanciamento, mas de rompimento com a autoridade familiar, buscando reter a lealdade exclusiva de seus fiéis. Já as igrejas cristãs africanas parecem promover uma certa substituição da autoridade tradicional. Portando um discurso tradicionalista, as lideranças religiosas, de tipo carismático, buscam catalisar as lealdades dos fiéis para seu círculo exclusivo.

Este esquema, evidentemente grosseiro, das diferentes igrejas, serve para pensar a complexidade das relações entre adesão religiosa e redes familiares. De outra parte, as próprias famílias também adotam posturas diferentes quanto às exigências das diversas igrejas, ou harmonizando as diferentes lealdades de cada membro da família, ou adotando uma postura de menor tolerância quanto ao trânsito religioso de seus parentes. Comumente, as esposas costumam migrar para a igreja dos maridos, sem causar grande desagrado aos seus parentes. Por vezes, há

²³ O Censo de 2014 apresenta os dados de adesão religiosa em um único quadro nacional, não desdobrando os dados por província, o que permitiria estimar as diferenças étnicas e regionais entre católicos e protestantes.

²⁴ A proliferação de igrejas pentecostais é generalizada para Angola, sobretudo para Luanda. O quadro religioso entre os Bakongo, entretanto, guarda algumas especificidades na relação com o todo nacional. Ver PEREIRA, *op. cit.*

desavenças familiares, devido a filiações religiosas divergentes, entre cônjuges e entre pais e filhos.

Do ponto de vista da autonomia feminina, a depender da igreja, as mulheres são responsáveis pela organização de seus encontros semanais, pela seleção de temas para a pregação, pela animação e execução dos instrumentos musicais, e pela própria organização financeira do grupo, que tem a função de favorecer a ajuda mútua entre as fiéis. Encontramos uma maior autonomia na auto-organização das mulheres nas igrejas pentecostais ou nas pequenas igrejas dissidentes das igrejas tradicionais. Ou seja, aparentemente, quanto menor e menos hierarquizada são as igrejas, maior é a autonomia das mulheres. O público majoritariamente jovem e feminino nas pequenas igrejas pentecostais – ou das dissidências de igrejas mais estabelecidas – aumenta esta percepção²⁵.

Durante meu trabalho de campo, assisti não apenas aos vários cultos dominicais em diferentes igrejas, como acompanhei mais seguidamente os “cultos das *mamãs*”, organizados e assistidos exclusivamente por senhoras, às quartas-feiras, em duas igrejas diferentes. Uma, da igreja batista herdeira da missão batista (IEBA Igreja Evangélica Batista de Angola) e outra, uma igreja também batista, mas dissidente da igreja central, portanto pequena, e menos hierarquizada (UEBA – União Evangélica Batista de Angola). Nesta última percebi maior autonomia das mulheres para organizar seus encontros. À diferença das senhoras da IEBA, muito dependentes do comando masculino personalizado no pastor, as mulheres que organizavam os cultos da UEBA não apenas cantavam e tocavam seus instrumentos, como dirigiam os cultos e eram responsáveis por convidar o pastor responsável pela pregação a cada semana²⁶.

Conclusão

A distinção entre público e privado encontra suas origens na Grécia antiga – associada à oposição entre casa e *polis* e a dicotomias mais cruas entre a reprodução social do espaço familiar e doméstico e a esfera pública dos cidadãos. Já a formulação moderna está diretamente relacionada ao surgimento do Estado moderno e do indivíduo burguês. Neste processo, esta dicotomia apresenta uma configuração mais complexa que posiciona a família nuclear burguesa como espaço privado em contraposição à esfera pública composta por indivíduos proprietários frente ao Estado. O sentido

²⁵ Para uma discussão mais aprofundada sobre redes de igrejas e poderes familiares, ver PEREIRA, *op. cit.*

²⁶ A complexidade do campo religioso angolano faz com que esta distinção entre igrejas protestantes missionárias e pentecostais sirva apenas para uma descrição muito sumária. Ver PEREIRA, *op. cit.*, para uma discussão mais aprofundada sobre o campo religioso angolano e os sentidos da proliferação religiosa e do trânsito entre igrejas, a partir de como sua relação com o parentesco se apresenta entre os Bakongo em Luanda.

de público está relacionado não apenas à esfera da política e da cidadania do bem comum, mas também do mercado, visto todavia como atividade privada. A ideia do público pensado como do campo do *comum*, mas também do publicizado, encontra contradições com determinadas funções do Estado, relegadas ao campo do segredo, sendo constantemente questionadas pela esfera pública de indivíduos privados²⁷. O Estado também é instado a garantir a liberdade dos indivíduos através da laicidade, ou seja, a retirada da religião e da Igreja de dentro dos interesses Estado para ser idealmente confinada à esfera do privado. Essas formulações, que procuram narrar de forma modelar ou ideal o processo ocidental, são concretamente plenas de contradições. Quando confrontadas com os processos acima relatados, encontram também semelhanças e diferenças interessantes. Afinal, ainda que oriundas de espaços não ocidentais, essas foram historicamente conformadas por estas instituições pelos processos de modernização colonial e pós colonial, produzindo assim formas próprias de articulação e ressignificação destas esferas²⁸.

No espaço angolano (e africano), o lugar da família nuclear burguesa é relativamente diminuto e, portanto, o próprio desenvolvimento da ideia de indivíduo moderno encontra formas próprias. Destas instituições – família nuclear e indivíduo – depende boa parte do sentido da distinção público *versus* privado da habitual da formulação ocidental. O peso da família extensa entre os Bakongo (ainda que historicamente transformada e até mesmo restringida) faz com que a ideia genérica de patriarcado e do confinamento feminino, bases da noção de família burguesa, sejam noções muito precárias para pensar as situações aqui descritas. Como nem todo poder masculino pode ser considerado “patriarcal”, são muitas as formas de compreender os espaços ocupados pelas mulheres e suas formas de atuação.

Observando a relação entre Estado e mercado, a adoção do modelo socialista confinou o protagonismo bakongo/regressado no mercado informal para o campo da ilegalidade, produzindo a ideia de mais que uma apropriação não somente particularista, mas também antinacional. O mercado ilegal estaria, neste concepção, fora do bem comum, do interesse geral. Na medida em que a economia angolana foi cedendo ao capitalismo e à generalização do mercado informal, a relação entre mercado e Estado assume os sentidos usuais da naturalização do empreendedorismo individualista. Todavia, a observação mais próxima do cotidiano dos seus agentes habituais, as mulheres vendedoras, revela outros aspectos menos evidentes.

Do ponto de vista das mulheres, foram observados vários aspectos no que tange a sua circulação, habilidades, formas de associação e papéis desempenhados nos diferentes espaços. Elas

²⁷ HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

²⁸ CHATTERJEE, Partha. *Colonialismo, modernidade e política*. Salvador: EdUFBA, 2004.

têm papel fundamental no sustento cotidiano e na transmissão da cultura de base, isto é, as línguas e o repertório cultural que se reproduzem na vida e no convívio domésticos. Ou seja, a ideia ordinária da reprodução do espaço doméstico produz as formas culturais de expressão do grupo Bakongo que terão efeitos nos momentos mais públicos de reprodução e atualização de seu repertório cultural, momentos e espaços ritualizados da afirmação étnica exercidos na relação com outros grupos e frente ao Estado. Porém, nem só de “reprodução” vivem as mulheres. Assim, é interessante examinar o papel da igreja no desenvolvimento de uma sociabilidade própria às mulheres, vivenciada nos grupos de *mamãs* que se reúnem semanalmente. Ali, com variações importantes, elas exercem espaços de maior ou menor autonomia e estabelecem redes de relações que ultrapassam as redes familiares.

A presença feminina no mercado parece mediar o contraste percebido entre os papéis masculinos e femininos do ponto de vista do protagonismo político/público e das funções privadas/domésticas fundamentais entre os Bakongo observados em Luanda. Apesar de o mercado, como visto, não desempenhar mais as funções políticas que possuía, o papel cotidiano exercido no sustento da família e o trabalho autônomo de compra e venda de produtos dão às mulheres bastante autonomia no que respeita à organização de seu tempo e ao controle dos rendimentos auferidos.

Sobre protagonismo masculino, no âmbito das relações intraétnicas, os quintais são um espaço vivo da atualização de concepções atribuídas à noção de esfera pública. Espaço de regras consentidas e de exercício retórico, controlados publicamente, objetivando mediação de conflitos através de princípios pactuados, os quintais são o espaço do exercício da etnicidade interna dos Bakongo articulada através das famílias extensas, representadas pelos *nkazi*, homens públicos cuja performance aponta para uma articulação entre interesse de grupo (defesa da família) e manutenção do bem comum (solução dos conflitos via consenso).

Recolocam-se ainda em análise as relações entre as instituições do Estado e a família extensa e o lugar das igrejas. As igrejas parecem estar, de certa forma, a “meio do caminho” entre o público e o privado, atuando para comunidades restritas em espaços de acesso público, em contraposição seja à atuação do Estado, seja à influência familiar. No entanto, quando se adota uma perspectiva histórica e mais próxima da produção de sentido feita pelos grupos, observa-se que famílias, igrejas e Estado dialogam e permutam seus papéis de maneira constante. As famílias, embora não constituam instituições formais, são reconhecidas como atores sociais que veiculam narrativas de identidade coletiva e engendram relações públicas entre si em espaços regulados segundo normas aceitas, pactuadas e negociadas abertamente.

As igrejas, de sua parte, vêm sistematicamente (e muito além do segmento bakongo), reivindicando seu papel na chamada esfera pública, razão pela qual interferem, avaliam, contrapõem-se e articulam-se com as ações do Estado. Este, por sua vez, de acordo com os grupos estudados, parece obedecer mais do que se supõe à esfera do privado. Ao assumir a noção segundo a qual o Estado se coloca acima da sociedade e atua como a sua principal instância reguladora, podemos retomar as concepções de autoridade legítima, em que ele funcionaria como ator soberano e mediador. Nesse caso, confirmam-se as concepções de poder existentes entre os Bakongo, nas quais o mediador é um ator poderoso que exerce a comunicação com o outro mundo para benefício coletivo. Entretanto, o Estado, na percepção popular, surge todavia como um mediador ilegítimo, que não exerce seu papel para fins públicos, ou seja, publicizados, transparentes e em prol do bem comum. Deste modo, as decisões e ações reservadas e secretas podem ser entendidas como atos de feitiçaria, ou seja, formas ilegítimas de se apropriar da força coletiva para proveito individual e privado²⁹.

Tais percepções, portanto, fazem repensar modelos anteriores e ajudam a questionar a pertinência de certas noções recorrentes como “tradição” e “modernidade”, que impelem a uma separação de esferas – política e religiosa, ou pública e privada –, impedindo, como visto entre os Bakongo, uma visão mais abrangente dos grupos sociais e adequadas às suas concepções e práticas que são mobilizados na relação com outros grupos, com o Estado e consigo mesmos.

Referências bibliográficas

BALANDIER, Georges. *Sociologie actuelle de l'Afrique Noire*. Paris: Presses Universitaires de France, 1963 [1955].

BOHANNAN, Paul; DALTON, George (Eds.). *Markets in Africa*. Evanston, Illinois: Northwestern University Press, 1962.

BRATTON, Michael. Civil society and political transition in Africa. *IDR Reports*, v. 11, n. 6. Boston: Institute of Development Research, 1994.

CHATTERJEE, Partha. *Colonialismo, modernidade e política*. Salvador: EdUFBA, 2004.

DUCADOS, Henda Lucia; FERREIRA, Manuel Ennes. *O financiamento informal e as estratégias de sobrevivência econômica das mulheres em Angola: a Kixikila no município do Sambizanga (Luanda)*. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão – CEsA, 1999. (Documentos de Trabalho n. 53-1998).

GESCHIERE, Pete. *The modernity of witchcraft: politics and the occult in postcolonial Africa*. Charlottesville; Londres: The University of Virginia Press, 1997.

²⁹ GESCHIERE, Pete. *The modernity of witchcraft: politics and the occult in postcolonial Africa*. Charlottesville; Londres: The University of Virginia Press, 1997.

- HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – INE. *Resultados definitivos: Recenseamento Geral da População e Habitação de Angola – 2014*. Luanda: INE, 2016.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – INE. *Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde – IIMS 2015-2016*. Luanda: INE, 2017.
- LOPES, Carlos M. Candongueiros, kinguilas, roboteiros e zungueiros. *Lusotopie*, v. XIII, n. 1, p. 163-183, 2006.
- MACGAFFEY, Wyatt. *Custom and government in the Lower Congo*. Berkeley; Londres: University of California Press, 1970.
- MAKUMBE, John M. W. Is there a Civil Society in Africa? *International Affairs*, v. 74, n. 2, 1998.
- PEREIRA, Luena. *Os Bakongo de Angola: etnicidade, política e parentesco num bairro de Luanda*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2015.
- VERGER, Pierre; BASTIDE, Roger. Contribuição ao estudo dos mercados nagôs do Baixo Benin. *In: VERGER, Pierre. Artigos, Tomo 1*. Salvador: Corrupio, 1992. pp. 122-159.